



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS
SETOR DE CONTABILIDADE

RESUMO CONTÁBIL

Natal, 24 de junho de 2021.



Sumário

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo
		31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019	31 de dezembro 2020	31 de dezembro 2019	
Circulante						Circulante
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	16.121	12.725	17.791	13.052	Contas a Receber
Contas a Receber	5	2.742	6.465	3.373	6.531	Fornecedores
Outros Créditos		8.750	9.287	3.913	4.285	Obrigações
Adiantamentos		134	33	272	126	Provisões
Impostos a Recuperar		913	1.185	1.574	1.778	Outros
Devedores Diversos	6	7.667	8.044	2.030	2.356	Total do ativo circulante
Outros valores a receber		36	24	36	24	
Estoques	7	12.028	7.302	12.140	7.458	Não Circulante
Despesas Antecipadas		72	64	72	119	Obrigações
Total do ativo circulante		39.714	35.843	37.289	31.445	Provisões
						Provisões
						Créditos
						Outros
Não Circulante						Total do ativo não circulante
Realizável a longo prazo	8	1.191	5.481	1.634	5.566	Total do ativo
Contas a Receber		0	0	0	0	
Depósitos judiciais e Contratuais		338	387	1.458	1.123	Total do passivo
Bloqueios Judiciais		845	5.086	165	4.432	Total do patrimônio líquido
Outros Valores a Receber		8	8	11	11	
Investimentos		2	2	22	22	Passivo
Imobilizado Líquido	9	203.911	204.306	332.667	336.239	Capital
Intangível		9	9	9	9	Ajustes
Total do ativo não circulante		205.113	209.798	334.332	341.836	Prejuízos
						Total do passivo e patrimônio líquido
Total do Ativo		244.826	245.641	371.621	373.281	Total

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As nota

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2020	2019	2020	2019
			Reclassificado		Reclassificado
Receita Líquida dos serviços	20	36.682	41.177	53.749	53.155
Custos operacionais	21	(31.258)	(41.315)	(47.893)	(58.419)
Lucro Bruto		5.423	(138)	5.856	(5.264)
(Despesas)/Receitas operacionais		(16.978)	(61.081)	(33.206)	(71.260)
Despesas administrativas e gerais	22	(22.318)	(26.738)	(38.311)	(45.504)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	9	0	(21.821)	0	(21.821)
Despesas tributárias		(26)	(208)	(31)	(212)
Provisões diversas	23	(244)	(329)	(261)	(387)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	24	371	(17.494)	(7.497)	(15.535)
Receitas patrimoniais	25	577	405	7.997	7.080
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	4.662	5.103	4.897	5.118
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(11.554)	(61.219)	(27.350)	(76.524)
Receitas financeiras	27	2.269	3.081	2.338	3.352
Despesas financeiras	27	(14.393)	(10.170)	(23.208)	(46.188)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(23.679)	(68.308)	(48.220)	(119.359)
IRPJ e CSLL		0	0	0	0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(23.679)	(68.308)	(48.220)	(119.359)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0001)	(0,0004)	(0,0003)	(0,0007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 30 de dezembro de		Período de doze meses findos em 30 de dezembro de	
		2020	2019	2020	2019
Resultado do Período		(23.679)	(68.308)	(48.220)	(119.359)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	19	2.209	58	7.481	664
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(21.470)	(68.249)	(40.739)	(118.696)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 15)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 19)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Controladora					
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	58	(413.936)	18.965
Prejuízo líquido do período	18			(23.679)	(23.679)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		2.209		2.209
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			3.550	3.550
Em 31 de dezembro de 2020		432.843	2.267	(434.065)	1.045
Mutações do período		0	2.209	(20.128)	(17.920)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	(302.312)	130.531
Prejuízo líquido do período	18			(68.308)	(68.308)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		58		58
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(43.316)	(43.316)
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	58	(413.936)	18.965
Mutações do período		0	58	(111.624)	(111.566)
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	664	(645.769)	(212.262)
Prejuízo líquido do período	18			(48.220)	(48.220)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19		7.481		7.481
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			68.029	68.029
Em 31 de dezembro de 2020		432.843	8.145	(625.960)	(184.972)
Mutações do período		0	7.481	19.809	27.290
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	(1.159.749)	(726.906)
Prejuízo líquido do período	18			(119.359)	(119.359)
Ajustes de Avaliação Patrimonial			664		664
Aumento de Capital com Recursos da União		712.523		0	712.523
Aborsorção de Prejuízo com Capital		(712.523)		712.523	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	18			(79.183)	(79.183)
Em 31 de dezembro de 2019		432.843	664	(645.769)	(212.262)
Mutações do período		0	664	513.980	514.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(23.679)	(68.308)	(48.220)	(119.359)
Ajustes do Lucro Líquido					
Depreciação e amortização		5.656	14.676	8.947	16.943
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		-	21.821	-	21.821
Ajustes de Avaliação Patrimonial		2.209	58	7.481	664
Ajustes de Exercícios Anteriores		3.550	(43.316)	68.029	(79.183)
Provisões		(127)	17.234	7.758	15.922
Despesas de atualização monetária		11.659	6.767	20.245	39.998
Baixas de Imobilizado		(1.134)	12.812	(1.134)	6.940
Redução (Aumento) de Ativos					
Clientes e contas a receber		3.947	(388)	3.420	575
Outros créditos		462	(2.161)	71	(2.052)
Estoques		(4.726)	(718)	(4.682)	(796)
Despesas antecipadas		(8)	(62)	47	(98)
Outros ativos não circulantes		4.274	(104)	3.891	(146)
Aumento (Redução) de Passivos					
Contas a Pagar		16	(17)	16	(17)
Fornecedores		(359)	(1.828)	(954)	(125)
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		1.146	4.899	9.161	14.201
Provisões de Férias e 13º Salário		(1.364)	726	(947)	703
Outras Obrigações		50	(435)	18	3.088
Outros passivos não circulantes		(3.381)	34.957	(73.497)	77.362
Caixa gerado pelas operações		(1.809)	(3.388)	(350)	(3.557)
Imposto de renda e contribuição social pagos					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(1.809)	(3.388)	(350)	(3.557)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado		(4.106)	(2.416)	(4.222)	(2.424)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.106)	(2.416)	(4.222)	(2.424)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Crédito para aumento de capital		9.311	-	9.311	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		9.311	-	9.311	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.396	(5.804)	4.739	(5.980)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		12.725	18.529	13.052	19.032
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		16.121	12.725	17.791	13.052
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.396	(5.804)	4.739	(5.980)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
		-	0,00	-	0,00

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses fin de dezembro de
		2020	2019	2020
1 Receitas		36.682	41.177	53.749
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços		36.682	41.177	53.749
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		0	0	0
2 Insumos adquiridos de terceiros		(15.734)	(40.600)	(26.615)
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.445)	(14.296)	(25.059)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos		(381)	(21.821)	(381)
2.3 Outras		(908)	(4.484)	(1.175)
3 Valor adicionado bruto		20.947	576	27.134
4 Retenções		(4.167)	(31.203)	(15.061)
4.1 Depreciação e amortização		(4.294)	(13.380)	(7.303)
4.2 Provisões		127	(17.823)	(7.758)
5 Valor adicionado líquido		16.781	(30.627)	12.073
6 Valor adicionado recebido em transferência		7.889	8.302	15.613
6.1 Receitas financeiras		2.269	3.081	2.338
6.2 Outras		5.620	5.221	13.275
7 Valor adicionado a distribuir		24.670	(22.325)	27.686
8 Valor adicionado distribuído		24.670	(22.325)	27.686
8.1 Pessoal		33.929	35.605	52.667
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		25.888	26.393	40.925
8.1.2 Benefícios		8.041	9.212	11.742
8.2 Impostos, taxas e contribuições		26	208	31
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		26	208	31
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		14.393	10.170	23.208
8.3.1 Juros e Correção Monetária		14.393	10.170	23.208
8.3.2 Aluguéis			0	
8.4 Remuneração de capitais próprios		(23.679)	(68.308)	(48.220)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(23.679)	(68.308)	(48.220)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido renovado pelo aditivo nº 001/2020, com vigência até 23.06.2021.

Ressalta-se que no último aditivo, foi previsto a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do Ministério da Infraestrutura e da CODERN para análise, avaliação e elaboração de proposta, visando a departamentalização da Administração do Porto de Maceió na CODERN, cujos trabalhos ainda estão em andamento.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 48.220 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 12.770 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 645.769 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária. Para isso, a Diretoria Executiva - DIREXE criou em outubro de 2019 o PSF (Plano de Saneamento Financeiro), com a finalidade de definir e orientar a implantação de ações, nas áreas operacionais e administrativas, de modo que, todos os seus integrantes, de forma sistêmica e comprometida, pudessem cumprir suas missões alinhados com a recuperação financeira da empresa.

O PSF é um plano estratégico com objetivos voltados para alcançar o equilíbrio orçamentário, tão importante para a saúde financeira da empresa e, em um segundo momento, promover o crescimento financeiro e econômico.

Após a sua implantação, ele tem reduzido as incertezas nas tomadas de decisões e proporcionado um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. É uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

Hoje, o PSF possui 51 indicadores que avaliam mensalmente a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos e o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais. Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento, além de eventuais mudanças no cenário externo que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia.

A administração da CODERN continua com as ações do PSF apresentando excelentes resultados na gestão financeira onde, considerando o período compreendido entre a sua implantação (Out/2019) até dezembro de 2020, podemos destacar uma redução de despesas da ordem de R\$ 2.168 mil e uma recuperação de receitas que não haviam sido faturadas em 2018 no valor de R\$ 10.099 mil. Outro ganho importante foi o ganho na sistematização dos processos e o comprometimento de todos os setores da Companhia na busca desses resultados.

Entretanto, em 2020 tivemos um componente com grande impacto no resultado financeiro da Empresa que foi a pandemia causada pela COVID 19. Destacamos nesse resultado a perda de receitas da ordem de R\$5.413 mil. Por outro lado, as despesas foram reduzidas em R\$2.168 mil.

O PSF como ferramenta de gestão tem mostrado, ao nível tático e operacional, a importância de mensurar e analisar os resultados dos processos que compõem o Plano, proporcionando o seu aperfeiçoamento contínuo, criando uma plataforma de sustentação para a manutenção do equilíbrio orçamentário.

Após a sua implantação, ele tem reduzido as incertezas financeiras e proporcionado um alinhamento coerente e seguro com o processo decisório. É uma ferramenta importante para estabelecer padrões de desempenho que busquem a excelência na otimização de despesas e geração de receitas, além de atender às determinações do controle interno e externo da administração pública Federal e para possibilitar a governança da empresa com efetividade.

Hoje, o PSF possui 91 indicadores que avaliam mensalmente a redução de custos, o aumento de receitas, a tempestividade na realização dos processos internos, o acompanhamento do pagamento das obrigações tributárias e dos processos judiciais. Por ser dinâmico, o PSF segue em constante atualização, haja vista o surgimento de novas ações que demandam controle por parte da Gerência de Planejamento e Orçamento, além de eventuais mudanças no cenário externo que impactam direta e indiretamente as atividades da Companhia.

Dentre os principais resultados do PSF temos a redução do pagamento de adicionais que, até o final do quarto trimestre, proporcionou uma economia de R\$ 579 mil.

No setor de faturamento da CODERN, com a implantação do PSF, a realocação de colaboradores, o acompanhamento dos processos e as análises de resultados foi possível recuperar R\$10.099 mil de receitas que não haviam sido faturadas na época devida, mantendo em dia todos os processos de vendas de serviços.

Na área operacional as ações do PSF continuam norteando a redução de despesas com resultados que têm contribuído para o equilíbrio orçamentário.

Em relação à Coordenação de Tesouraria - COORTE, os indicadores do recebimento de valores faturados e a mudança nas Normas de Faturamento têm mantido um acompanhamento real dos recebimentos mensais.

Como conclusão, o PSF vem evoluindo e mostrando a sua importância como ferramenta de gestão, exigindo de cada gestor um permanente acompanhamento dos seus processos, proporcionando confiança na governança da Empresa.

1. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

1.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

1.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

1.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

1.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

1.1 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

1.2 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens Móveis	Taxa Anual
Equipamentos Industriais	3,33% a 20%
Embarcações	5%
Veículos	5% a 20%
Móveis e Utensílios	10%
Informática	20%
Máquinas	10% a 20%
Motores	10% a 20%
Aparelhos	10% a 20%
Sistema de Segurança	10% a 20%
Galpão	10% a 20%
Outros bens	4% a 20%
Bens Imóveis	Taxa Anual
Imóveis de natureza industrial	3,33% a 4%
Instalações	3,33% a 4%
Obras de acesso	3,33% a 4%
Prédios	3,33% a 4%
Terrenos	0%
Molhe	3,33% a 4%
Imobilização em Curso	0%

1.1 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

1.2 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

1.3 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

1.4 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

1.5 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

1.6 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

1.1 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

1.2 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Por diversos exercícios subsequentes, a Companhia vem apresentando prejuízos fiscais no qual vem gerando ativo fiscal diferido, mas de acordo com a NBC TG 32 - Tributos sobre o lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido na medida que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados, como não existem estimativas sobre a Companhia gerar lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais ou créditos fiscais existentes, o reconhecimento não foi realizado.

2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recursos em bancos	283	355	1.727	583
Recursos do Tesouro - SIAFI	0	7.771	0	7.771
Aplicações financeiras	15.838	4.599	16.063	4.697
Total de caixa e equivalentes de caixa	16.121	12.725	17.791	13.052

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 3,82% no exercício de 2020, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve um aumento de 242% no saldo de aplicações financeiras, como resultado do recebimento de recursos do Ministério da Infraestrutura para investimentos.

1. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

Clientes e contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	5.604	10.410	7.901	12.180
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.862)	(3.944)	(4.528)	(5.648)
Total Contas a Receber	2.742	6.465	3.373	6.531

No exercício de 2020 houve redução de 28% na provisão de perdas para créditos de liquidação duvidosa, sendo resultado da revisão nas estimativas de perda realizada pela Companhia, além das ações de cobrança.

2. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destaque temos os valores a receber do Porto de Maceió na controladora relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências, esse saldo foi ajustado para menor no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis com a controlada (ver nota 3.10). A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife, bem como do PORTUS relativo a devolução de recursos recolhidos indevidamente em conformidade com o acórdão nº 2738/2016 - TCU -2º câmara.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Portos Conveniados	4.104	3.782	2.271	2.271
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.763	4.857	0	0
Valores a receber de bloqueios judiciais	0	0	0	0
Valores a receber Portus	950	1.484	950	1.484
Outros devedores diversos	122	118	1.090	798
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.271)	(2.197)	(2.271)	(2.197)
Total Devedores Diversos	7.667	8.044	2.040	2.356

3. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2020	31/12/2019
Material de consumo permanente Sede	329	110
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	11.700	7.193
Material de consumo permanente Maceió	112	156
Total	12.140	7.458

Registrou-se variação crescente no saldo do estoque do Terminal Salineiro, ocasionada principalmente pela aquisição de Trator Pá Carregadeira no valor de R\$ 2.680 em dezembro 2019 e um trator de esteira no valor de 2.467 em janeiro 2020, de acordo com os processos internos da CODERN, o almoxarifado recebeu os bens, mas até o fechamento do exercício de 2020 os mesmos ainda estavam à disposição do almoxarifado.

1. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais e Contratuais	918	981	2.627	2.306
(-) Prov. Depósitos Judiciais	(580)	(594)	(1.169)	(1.183)
Bloqueios Judiciais	5.754	9.994	5.073	9.340
(-) Prov. Bloqueios judiciais	(4.908)	(4.908)	(4.908)	(4.908)
Cauções	8	8	11	11
Total	1.191	5.481	1.634	5.566

Houve redução de 42% no saldo de bloqueios judiciais da controladora, pois se tratava de bloqueio originado da Fazenda Nacional, o setor jurídico solicitou o desbloqueio em virtude da decisão judicial que suspende a execução fiscal de todos os processos da Codern.

2. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020 estão apresentados de acordo com os critérios da nota 3.6 e a conciliação do valor contábil no início e no final do período consta no quadro a seguir:

Discriminação	Custo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Custo em 31/12/2020	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Controladora	
							31/12/2020	31/12/2019
Bens Móveis	95.738	1.722	(1.129)	96.331	(61.141)	-	35.190	35.221
Equipamentos Industriais	89.227	1.257	(1.000)	89.483	(56.541)	-	32.942	33.129
Embarcações	400	0	(0)	400	(120)	-	280	282
Veículos	154	0	0	154	(154)	-	0	0
Móveis e Utensílios	2.097	71	12	2.179	(1.141)	-	1.038	1.037
Informática	856	76	6	937	(835)	-	102	58
Máquinas	1.403	0	(0)	1.403	(935)	-	468	479
Motociclos	11	0	0	11	(7)	-	4	5
Aparatos	1.158	140	(94)	1.204	(1.078)	-	126	106
Sistema de Segurança	241	73	(3)	311	(199)	-	112	57
Galpão	0	0	0	0	0	-	0	0
Outros bens	191	106	(49)	249	(131)	-	117	68
Bens Imóveis	489.840	2.463	(1.667)	490.636	(163.700)	(158.215)	168.721	168.987
Imóveis de natureza Industrial	346.651	989	(844)	346.796	(125.308)	(62.899)	158.589	159.156
Instalações	78.080	702	(417)	78.365	(27.977)	(48.199)	2.229	2.066
Obras de acesso	2.076	532	(432)	2.175	(824)	-	1.352	1.297
Prédios	62.937	241	26	63.204	(9.592)	(47.157)	6.455	6.273
Termos	96	0	0	96	0	-	96	96
Alcega	0	0	0	0	0	-	0	0
Imobilização em Curso	98	(79)	(19)	0	-	-	0	98
Total	585.676	4.106	(2.815)	586.967	(224.842)	(158.215)	203.911	204.306

Discriminação	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2020	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2020
Bens Móveis	96.499	1.838	(1.129)	97.208	(61.844)	-	35.364
Equipamentos Industriais	89.365	1.290	(1.000)	89.655	(56.636)	-	33.019
Embarcações	400	0	(0)	400	(120)	-	280
Veículos	488	63	0	551	-498338,99	-	52
Móveis e Utensílios	2.208	71	12	2.290	(1.249)	-	1.041
Informática	856	76	6	937	(835)	-	102
Máquinas	1.406	0	(0)	1.406	(938)	-	468
Motoras	11	0	0	11	(7)	-	4
Aparelhos	1.329	159	(94)	1.395	(1.229)	-	165
Sistema de Segurança	241	73	(3)	311	(199)	-	112
Galpão	0	0	0	0	0	-	0
Outros bens	194	106	(49)	251	(132)	-	119
Bens Imóveis	564.594	2.463	(1.667)	565.390	(173.995)	(158.215)	233.181
Imóveis de natureza Industrial	400.133	989	(844)	400.278	(133.205)	(62.899)	204.173
Instalações	78.958	702	(417)	79.243	(28.027)	(48.199)	3.017
Obras de acesso	3.011	532	(432)	3.110	(1.485)	-	1.625
Prédios	80.238	241	26	80.504	(10.326)	(47.157)	23.022
Térrenos	96	0	0	96	0	-	96
Molhe	2.159	0	0	2.159	(952)	-	1.207
Imobilização em Curso	266	(79)	(19)	168	0	-	168
Bens de Terceiros	63.955	0	0	63.955	0	-	63.955
Total	725.314	4.222	(2.815)	726.721	(235.839)	(158.215)	332.667

Conforme determina A NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2020, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- ✓ UGC Terminal Salineiro de Areia Branca (controladora)
- ✓ UGC Porto de Natal (controladora)
- ✓ UGC Terminal de Passageiros (controladora)
- ✓ UGC Porto de Maceió (controlada)

O quadro abaixo demonstra que não houve perdas por desvalorização reconhecidas no resultado no período por unidade geradora de caixa.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2019	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Baixa por Inventário	Saldo em 31/12/2020
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	68.196				68.196
UGC Porto de Natal	90.039		(20)		90.019
UGC Terminal de Passageiros	0				0
UGC Porto de Maceió	0				0
Total	158.235	0	(20)	0	158.215

1. Obrigações fiscais e trabalhistas

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Encargos a Recolher	26.504	27.235	67.734	62.786
Salário a Pagar	3	8	16	23
Autônomos - INSS	46	56	46	56
PORTUS	37.891	32.342	59.342	48.783
Portus Patronal	21.817	19.488	30.780	26.436
Portus RTSA	14.585	12.854	24.950	22.347
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	1.489	0	3.611	0
Parcelamento ISS	360	390	360	390
Outras obrigações	83	83	83	83
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo circulante	64.887	60.115	127.581	112.121

O valor R\$ 30.780 mil refere-se o saldo da dívida da CODERN - PORTUS que foi devidamente atualizado e registrado no Balanço em 31/12/20. O valor de 24.950 mil refere-se a saldo de Reserva Técnica de Serviço Anterior - RTSA e o saldo de R\$ 3.611 mil refere-se a saldo de termo de compromisso financeiro em virtude do déficit atuarial do Portus (nota 15).

Os valores de obrigações fiscais e trabalhistas reconhecidos no passivo não circulante compreendem valores relativo a parcelamentos tributários, parcelamentos junto ao PORTUS e parcelamento junto à Antaq, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Portus - Instituto de Seguridade Social	25.676	8.730	46.057	8.730
Parcelamento INSS	1.870	2.643	3.431	4.204
Parcelamento ISS	540	900	782	1.142
Parcelamento Antaq - Multas e Infrações	0	0	319	0
Total obrigações fiscais e trabalhistas - passivo não circulante	28.086	12.273	50.589	14.077

Houve aumento de 528% da dívida com o Portus, pois em junho de 2020 foi reconhecido o termo de compromisso financeiro, objetivando o saneamento do déficit atuarial (nota 15).

O saldo da Dívida com o RTSA foi atualizado, totalizando em 31/12/2020 R\$ 32.581 mil, sendo apropriado R\$ 8.841 no Passivo Não Circulante e R\$ 24.950 no Passivo Circulante.

1. Provisões

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 31/12/2020, correspondentes ao valor de R\$ 4.096 mil (R\$ 5.043 mil em 31 dezembro de 2019), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prov. Férias	2.552	3.916	4.096	5.043
Prov. 13º Salário	0	0	0	0
Total férias a pagar	2.552	3.916	4.096	5.043

1. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empregados	23	8	23	8
Terceiros	35	35	35	35
Total contas a pagar	58	43	58	43

2. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.001	1.605	12.756	55.362
Provisões constituídas no período	662	1.193	7.359	9.213
Baixas de provisões	0	(321)	0	(321)
Reversões	0	(377)	(872)	(1.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	41.662	2.100	19.243	63.005

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.20, totalizou R\$ 2.100 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na Controladora, temos 06 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de R\$ 748 mil e corresponde a diferenças de Função Gratificada na mudança de um Plano de Cargos para outro (Plano de Cargos de 2002), sendo incorporada pelo Reclamante. Após vários recursos até o TST, a CODERN foi condenada e já pagou o principal. Conforme determinação judicial, a CODERN já efetuou pagamento de 30% do valor do Portus e solicitou o parcelamento do saldo remanescente.

Na controlada, temos 05 processos em andamento, o de maior relevância possui saldo de 954 mil e corresponde a vantagens de horas extras/adicional de risco, decorrido o prazo para manifestação do reclamante.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2020, totalizou R\$ 41.662 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

O saldo de R\$ 41.001 corresponde a um processo da Controladora, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 - em 180 parcelas - consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) - débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais - Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020. No referido termo, está previsto a suspensão do processo em questão, pelo prazo de 01 (um) ano para negociação do mesmo na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2020 o montante de R\$ 19.243 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na controladora, temos 02 processos em andamento relativo a falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na controlada, temos 16 processos em andamento, o processo de maior relevância corresponde a Contribuições Previdenciárias devidas pela empresa aos seus colaboradores diretos e a terceiros no total de R\$ 5.509 mil, o qual refere-se a débito junto à Prefeitura Municipal de Maceió. Emitida certidão de citação e intimação - Procuradoria do Município de Maceió.

Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2020 somou R\$ 75.618 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	4.648		4.648
Causas Fiscais	24.044		24.044
Causas Cíveis	46.926		46.926
Total	75.618		75.618

Na controladora, temos 36 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a diferenças de aposentadoria (R\$ 2.454 mil) referente a processo do porto de Recife, da qual estamos questionando a prescrição. Outro processo referente a indenização por Acidente de Trabalho (R\$ 452 mil), ocorrido no Porto Ilha, o qual a CODERN está recorrendo da decisão, e ainda processo relativo a indenização de FGTS e aviso prévio (R\$ 496 mil), aguardando julgamento do recurso ordinário.

Na controladora, temos 12 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral da União, no qual alguns possui garantia de penhora de imóvel e recursos financeiros.

Na controladora, temos 47 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R\$ 14.133 mil), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió; 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; reequilíbrio contratual/indenização(R\$ 12.480), a decisão interlocutória que afastou a prescrição foi recorrida por agravo ao TRF5; e a operacionalização de escâner de container(11.000.000), aguarda ciência de instrução.

1. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT e Convênio 01/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió, cujo saldo de R\$ 63.955 mil existente em 31.12.2019, foi baixado com reflexo no Patrimônio Líquido em conformidade com a nota técnica nº 1/2020/COGFC/SPOA/SE do Ministério da Infraestrutura.

2. Provisão de Déficit Atuarial - Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) - benefício a empregados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Déficit Atuarial	14.967	33.409	30.362	75.716
Total contas a pagar	14.967	33.409	30.362	75.716

A redução do Déficit ocorreu em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R\$ 38.512 mil, com entrada de R\$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price.

15.1. Cálculo Atuarial do plano pós-emprego

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R\$ 30.399 em 31/12/2020 (R\$ 75.716 mil em 31/12/2019), os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção			
	31 dez 21	1 out 20_31 dez 20	1 jul 20_30 set 20	1 jan 20_30 jun 20
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	80.260.564	81.034.493	80.043.278	102.121.366
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(865.746)	(168.454)	(14.258)	444.940
3. Custo dos juros	5.114.193	1.462.452	1.429.835	3.399.763
4. Contribuições de participantes do plano	927.156	280.572	205.214	410.017
5. Benefícios pagos	(4.740.672)	(1.179.578)	(1.123.793)	(2.319.618)
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-	(1.408.375)	266.757	(24.083.180)
6.a. mudança de premissas (exceto taxa de desconto)	-	-	-	-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	5.783.734	(497.385)	(4.583.069)
6.c. Ajustes de experiência	-	(7.192.109)	764.142	362.508
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	(19.862.619)
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	933.828	239.454	227.460	69.990
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	81.629.323	80.260.564	81.034.493	80.043.278
	-	-	-	-
	-	-	-	-
B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção			
	31 dez 21	1 out 20_31 dez 20	1 jul 20_30 set 20	1 jan 20_30 jun 20
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	5.319.003	3.933.635	4.488.727	7.138.369
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	596.776	(821.365)	(1.016.847)
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	390.301	244.909	132.493	-
4. Contribuições dos participantes	927.156	280.572	205.214	410.017
5. Benefícios pagos (líquidos)	(4.740.672)	(1.179.578)	(1.123.793)	(2.319.618)
6. Receita dos juros	421.382	76.350	84.123	206.816
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	933.828	239.454	227.460	69.990
9. Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF)	3.946.397	956.870	579.182	-
10. Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	858.935	170.315	161.594	-
11. Emendas no plano	-	-	-	-
12. Reduções	-	-	-	-
13. Liquidações	-	-	-	-
14. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
15. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	8.056.330	5.319.003	3.933.635	4.488.727
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	-	-	-	-
C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	RUBRICAS			
	31 dez 21	1 out 20_31 dez 20	1 jul 20_30 set 20	1 jan 20_30 jun 20
<i>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</i>				
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(865.746)	(168.454)	(14.258)	444.940
2. Custo líquido dos juros	4.490.531	1.297.533	1.263.927	2.551.902
2.1. Custo dos juros da obrigação	5.114.193	1.462.452	1.429.835	3.399.763
2.2. Receita de juros ativos	(421.382)	(76.350)	(84.123)	(206.816)
2.3. Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	(202.280)	(88.569)	(81.785)	(641.045)
3. Custo do serviço passado	-	-	-	-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-	-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-	-
6. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
8. Custo do benefício pós-emprego no período	3.624.785	1.129.079	1.249.669	2.996.842
<i>Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</i>				
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(8.144.742)	(7.640.381)	(8.481.831)	(663.916)
10. Perdas (ganhos) atuariais	-	(1.408.375)	266.757	(24.083.180)
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(596.776)	821.365	1.016.847
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
13. Efeito compartilhamento de riscos	933.924	1.500.790	(246.672)	15.248.418
14. Custo total reconhecido em ORA	(7.210.818)	(8.144.742)	(7.640.381)	(8.481.831)
(*) Ganho / perda atuarial sobre os ativos	-	-	-	-

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção			
	31 dez 21	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20
1. Valor presente das obrigações fundeadas	(8.056.330)	(5.319.003)	(3.933.635)	(4.488.727)
2. Valor justo dos ativos do plano	8.056.330	5.319.003	3.933.635	4.488.727
3. Excesso de cobertura	-	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(73.572.993)	(74.941.561)	(77.100.858)	(75.554.551)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(73.572.993)	(74.941.561)	(77.100.858)	(75.554.551)
6.1. Passivo do Patrocinador o/ Redução de direitos	39.566.259	40.966.588	40.122.212	39.568.951
6.2. Passivo do Patrocinador o/ contrib. Futuras (Assistidas)	9.952.749	8.823.018	8.894.874	8.770.853
6.3. Passivo do Patrocinador o/ contrib. Extraordinárias	18.594.014	18.267.408	18.508.108	18.269.638
7 (Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(5.459.971)	(6.864.547)	(9.575.664)	(8.945.109)
7.1. Efeito compartilhamento de riscos - participantes	2.844.099	3.575.743	4.987.964	4.659.507
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(70.728.894)	(71.365.818)	(72.112.894)	(70.895.044)
Contrato Reconhecimento Dívidas da Empresa (TCF)	39.566.259	40.966.588	40.122.212	39.568.951
9. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(31.162.635)	(30.399.230)	(31.990.682)	(31.326.093)

D.1. Efeito da restrição da obrigação atuarial - CRPA (*)	Projeção			
	31 dez 21	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20
1. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período anterior	3.575.743	4.987.964	4.659.507	19.266.880
2. Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos - período atual	2.844.099	3.575.743	4.987.964	4.659.507
3. Efeito do compartilhamento de riscos no período - Passivo Atuarial	(731.644)	(1.412.221)	328.457	(14.607.373)
4. Efeito do compartilhamento de riscos no Resultado do exercício - despesa líquida dos juros	(202.280)	(88.569)	(81.785)	(641.045)
5. Efeito do compartilhamento de riscos no período - (contribuição assistida)	-	-	-	-
6. Efeito do compartilhamento de riscos - Reconhecido em ORA	(933.924)	(1.500.790)	246.672	(15.248.418)

(*) Compartilhamento de riscos com participantes e assistidos

E. Conciliação do ativo(passivo) líquido:	Projeção			
	31/12/2021	1 out 20_31 dez 20	1 jul 20_30 set 20	1 jan 20_30 jun 20
1. Ativo (Passivo) líquido no início do ano	(71.365.818)	(72.112.894)	(70.895.044)	(75.716.117)
2. Custo no período (Resultado do Exercício)	(3.624.785)	(1.129.079)	(1.249.669)	(2.966.842)
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	2.005.151	(1.088.122)	23.066.333
4. Contribuições do empregador para o plano	5.195.633	1.371.794	873.269	-
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-	-
7. Alianças do plano	-	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	(933.924)	(1.500.790)	246.672	(15.248.418)
11. Ativo (Passivo) Líquido no final do ano	(70.728.894)	(71.365.818)	(72.112.894)	(70.895.044)

15.2. Valor justo dos Ativos

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20
1. Principais Categorias de Ativos (%)			
1.a Disponível	0,00%	0,08%	0,05%
1.b Realizável (Prev e Adm)	83,23%	85,93%	20,00%
Contribuições Contratadas	78,80%	81,02%	N/D
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	4,42%	4,91%	N/D
1.c Títulos Públicos	0,00%	0,00%	13,12%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,00%	0,00%	0,00%
1.e Ações	6,24%	4,72%	21,77%
1.f Fundos de Investimentos	2,29%	0,51%	2,68%
Renda Fixa	2,28%	0,49%	2,59%
Imobiliário	0,01%	0,01%	0,08%
1.g Investimentos Imobiliários	7,53%	8,01%	38,79%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%
1.i Outros - Depósitos Judiciais	0,69%	0,73%	3,59%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
2. Principais Categorias de Ativos (montante)			
2.a Disponível	94	43.063	158.242
2.b Realizável (Prev e Adm)	43.265.244	42.555.694	59.147.559
Contribuições Contratadas	40.966.588	40.122.212	N/D
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	2.298.656	2.433.483	N/D
2.c Títulos Públicos	-	-	38.803.782
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
2.e Ações	3.247.680	2.339.284	64.356.552

2 f Fundos de Investimentos	1.194.087	254.537	7.910.903
Renda Fixa	1.185.882	246.286	7.671.575
Imobiliário	8.205	8.251	239.328
2 g Investimentos Imobiliários	3.913.854	3.965.395	114.692.720
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
2.i Outros - Depósitos Judiciais	361.191	361.192	10.617.107
Total Ativo	51.982.360	49.519.165	295.686.865
(+) Ajuste Valor de Mercado	34.076	(93.217)	1.509.091
(-) Contribuições Contratadas	(40.966.588)	(40.122.211)	(10.088.454)
(-) Contribuições em atraso	(605.655)	(304.393)	-
(-) Uso Próprio	(190.364)	(191.541)	(5.597.500)
(-) Exigível Operacional	(909.291)	(907.560)	(35.579.196)
(-) Exigível Contingencial	(377.555)	(297.647)	(15.856.797)
(-) Fundo Previdencial	(2.047.000)	(1.992.514)	(40.248.349)
(-) Fundo de Investimento	-	-	-
(-) Fundo administrativo	(1.600.960)	(1.676.456)	(55.442.212)
Valor Justo dos Ativos (*)	5.319.003	3.933.635	134.381.436
Percentual rateio (% acordado em 12/2019)	N/A	N/A	3,514%
Valor Justo dos Ativos vinculados à Empresa no rateio inicial	N/A	N/A	4.722.172
Rentabilidade referente ao período projetado	N/A	N/A	14.832
Saldo Previdencial referente ao período projetado	N/A	N/A	(248.277)
Valor Justo dos Ativos final	5.319.003	3.933.635	4.488.727
	-	-	-

15.3. Premissas Atuariais

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F. Premissas adotadas (final do ano)	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20
1. Taxa de desconto (nominal)	6,524%	7,459%	7,384%
2. Rateio esperado dos ativos do plano	6,524%	7,459%	7,384%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	0,00%	0,00%	0,00%
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A
G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20
1. Data efetiva	31 dez 20	31 ago 19	31 ago 19
2. Participantes ativos (passivo principal)	80	85	85
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	242	242	242
3.a. Aposentados	154	153	153
3.b. Pensionistas	88	89	89
4. Número total de participantes	322	327	327
H. Período de amortização	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20
1. Média esperada de vida de trabalho restante	1,00	1,00	1,00
2. Duration da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,18	10,35	10,58
J. Outras premissas atuariais materiais (Descrição):	31 dez 20	30 set 20	30 jun 20
1. Rotatividade projetada dos empregados	N/D	N/D	N/D
2. Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
3. Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter	Hunter
4. Tábua de Mortalidade de Invalídios	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
5. Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus
K. Projeção do fluxo de caixa	Projeção		
	31/12/2021	1 out 20_31 dez 20	1 jul 20_30 set 20
		1 jan 20_30 jun 20	
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	4.740.672	1.179.578	1.123.793
2. Contribuições esperadas do empregador - paridade	390.301	244.609	132.493
3. Contribuições esperadas dos participantes	927.156	280.572	205.214
4. Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	933.828	239.454	227.460
5. Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	858.935	170.315	161.594
6. Contribuições esperadas do empregador - TCF	3.946.397	956.670	579.182

Legenda: N/A - Não Aplicável

N/D - Não Disponível

1. Conciliação da obrigação de benefício definido - Segregado	1 out 20_31 dez 20		1 jul 20_30 set 20	
	Ativo (BAC)	Inativo (BC)	Ativo (BAC)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	47.150.747	33.883.746	45.832.398	34.210.880
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(168.454)	-	(14.258)	-
3. Custo dos juros	855.654	606.798	823.581	606.254
4. Contribuições de participantes do plano	280.572	-	205.214	-
5. Benefícios pagos	-	(1.179.578)	-	(1.123.793)
6. (Ganho) / perda atuarial	(5.452.913)	4.044.538	303.612	(37.655)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	3.271.479	2.512.255	(313.388)	(183.907)
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(8.724.392)	1.532.283	617.200	146.942
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Dívidas	-	-	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e associados)	-	-	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativas	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidas	-	239.454	-	227.460
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	42.665.606	37.504.958	47.150.747	33.883.746

1. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2020 soma R\$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R\$	% Participação	Saldos em R\$ mil
			Consolidado
			Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.198.186.577

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R\$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.624.890
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.561.687
Total	432.843	181.198.186.577

2. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2020	31/12/2019
Porto de Natal e Areia Branca	76.710	59.809
Porto de Maceió	191.569	186.389
Total	268.279	246.199

1. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, o quadro abaixo apresenta a movimentação da conta lucros e prejuízos acumulados decorrente da retificação de erros, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R\$ -110 mil (ativo) e R\$ 66.624 mil (passivo), totalizando R\$ -66.515 mil o efeito do resultado:

Grupo	Débito	Crédito	Saldo
Ativo	149	259	-110
Passivo	66.724	99	66.624
Saldo de Ajustes	66.873	358	66.515

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de R\$ 23.679 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de R\$ 24.541 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado Consolidado no período de R\$ 48.220 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como: depreciação, *impairment*, variação monetária passiva, déficit atuarial e provisões para contingências, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 31 de dezembro 2020 de R\$ 6.309 mil para CODERN-Sede (prejuízo) e R\$ 3.474 mil para o Porto de Maceió (prejuízo), conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido	(23.679)	(68.308)	(24.541)	(51.052)	(48.220)	(119.359)
Ajustes ao resultado líquido						
Depreciação	4.294	13.380	3.009	1.558	7.303	14.938
Impairment	0	21.821	0	0	0	21.821
Variação monetária passiva	11.659	6.767	8.586	33.231	20.245	39.998
Provisões	(127)	17.234	7.885	(1.312)	7.758	15.922
Déficit Atuarial	1.544	2.445	1.587	2.928	3.130	5.374
Resultado líquido ajustado	(6.309)	(6.660)	(3.474)	(14.646)	(9.783)	(21.306)

2. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R\$ 8.145 mil relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na Nota 15.1.

3. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta dos serviços prestados				
Utilização da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	10.646	11.974	17.908	17.567
Utilização da Infraestrutura de Acostagem	3.706	3.828	4.294	4.563
Utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem	20.262	23.545	30.605	30.947
Serviços de Armazenagem	904	867	2.348	916
Serviços de Movimentação de Cargas	4.348	5.018	4.348	5.018
Atividade de Apoio ao Navio	2.937	2.787	2.937	2.787
Serviços Diversos	0	0	296	294
Total da Receita bruta	42.803	48.019	62.736	62.091
(-) Impostos sobre serviços prestados	(6.121)	(6.843)	(8.987)	(8.936)
Receita líquida dos serviços prestados	36.682	41.177	53.749	53.155

Na controladora houve redução de 11% na receita com utilização da infraestrutura de Acesso Aquaviário, devido à retração do mercado causada pela pandemia, afetando a programação de navios, o que resultou na queda da receita operacional.

Na Controladora houve redução de 14% na receita com utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem, considerando a diminuição na movimentação operacional da Companhia, em vista, bem assim de descontos concedidos ao operador portuário, conforme MP 945, Portaria 46 do MINFRA, totalizando no 4º trimestre no valor de R\$ 74 mil.

Na controlada houve aumento de 2.855% na receita de Armazenagem, decorrente da movimentação de sal importados pela BRASKEN, além do reajuste 22% na tarifa, a partir de 26/08/2020.

Na controlada ocorreu acréscimo de 40% na receita com utilização da Infraestrutura Terrestre/Aparelhagem, da mesma forma, em virtude de reajuste da tarifa, implantado a partir de 26/08/2020, bem como pela movimentação de sal registrada no período.

1. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(16.256)	(18.084)	(24.961)	(28.059)
Material de Operação	(3.775)	(3.497)	(3.969)	(3.773)
Material de Manutenção	(2)	(4)	(42)	(30)
Serviços de Manutenção e Reparos	(203)	(216)	(838)	(962)
Serviços Prestados por Terceiros	(6.733)	(6.457)	(10.804)	(10.987)
Encargos Operacionais Diversos	(18)	(75)	(18)	(75)
Depreciação Direta	(4.272)	(12.981)	(7.262)	(14.532)
Total	(31.258)	(41.315)	(47.893)	(58.419)

Registrou-se na controladora variação decrescente de 10% no custo com Pessoal e Encargos, essencialmente pela redução do quadro de pessoal da CODERN, em decorrência de quinze rescisões de contrato, no exercício de 2020.

Na controladora houve redução de 67% no custo com Depreciação, tendo em vista os ajustes de depreciação registrados no mês de dezembro/2020, conforme relatório/roteiro, elaborado pela CONVERGY.

Na controlada houve redução de 13% no custo com Pessoal e Encargos, em razão diminuição do quadro de pessoal, pelo falecimento de dois empregados, como também do decréscimo das horas extras do setor de operação e guarda portuária, com reflexos no FGTS, férias e 13º.

Na controlada ocorreu redução de 93% no custo com Depreciação, em virtude da reclassificação da conta "cais de container, antes classificada como ativo imobilizado, foi transferida para a conta "bens sob responsabilidade da União".

1. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	(17.673)	(17.808)	(27.706)	(29.189)
Material	(344)	(621)	(574)	(929)
Serviços de Terceiros	(3.371)	(3.426)	(8.814)	(10.032)
Outros Encargos	(58)	(46)	(107)	(131)
Depreciação / Amortização	(23)	(399)	(41)	(406)
Outras despesas administrativas	(849)	(4.438)	(1.068)	(4.817)
Total	(22.318)	(26.738)	(38.311)	(45.504)

Na Controladora houve redução de 94%, referente às despesas com depreciação, tendo em vista os ajustes do ativo imobilizado, no mês de dezembro/2020. ..

Na Controladora houve redução de 81% na conta Outras Despesas Administrativas, decorrente da variação decrescente com despesas por perda de estoque, tendo sido lançado em 2019 o valor de 4.295.

Na Controlada houve redução de 12% em Despesa com Pessoal e Encargos, tendo em vista a diminuição das horas extras dos empregados da área administrativa, com reflexos nas férias, FGTS e 13º salário.

Na controlada verificou-se redução de 18% na despesa com Serviços de Terceiros, em razão da negociação, com redução nos contratos de prestação de serviços das empresas Azimute e ALP.

2. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	(244)	(329)	(261)	(387)
Saldo líquido de provisões constituídas	(244)	(329)	(261)	(387)

3. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para contingências	(70)	(17.730)	(9.219)	(17.808)
Reversão de provisões	442	236	1.722	2.273
Saldo líquido de provisões constituídas	371	(17.494)	(7.497)	(15.535)

As provisões para contingências registraram decréscimo considerável, decorrente da atualização da provisão referente ao processo judicial do PORTUS, registrada no 1º trimestre/19.

1. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Alugueis Porto	636	446	8.812	7.812
(-) Deduções da receita	(59)	(41)	(815)	(732)
Total receitas patrimoniais líquidas	577	405	7.997	7.080

2. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas Diversas recebidos de clientes pelas taxas devidas de atividades de apoio aos navios, tais Fornecimento de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações no Porto de Natal, bem como ao fornecimento de alimentação e transporte e deslocamento ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Incluem também nesta rubrica as Receitas Eventuais quando da liberação de depósitos judiciais e venda de ativos inservíveis.

3. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Período de nove meses findos em 30 de dezembro de		Período de nove meses findos em 30 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras	2.269	3.081	2.338	3.352
Despesas Financeiras	(14.393)	(10.170)	(23.208)	(46.188)
Total do resultado financeiro	(12.124)	(7.089)	(20.869)	(42.836)

O saldo das despesas financeiras da controlada (Porto de Maceió) apresentou variação decrescente significativa, principalmente em decorrência da atualização dos Créditos para Aumento de Capital, tendo em vista a sua capitalização ocorrida em jul/19.

1. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

28.1 Operações com empresas controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

28.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente essa vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor - Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No exercício de 2020, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 24.610 mil (R\$ 25.123 em 2019), que representa 57% do total faturado (60,8% em 2019) no Terminal Salineiro de Areia Branca.

28.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No exercício de 2020, os valores pagos totalizam R\$ 26 mil (R\$ 24 mil em 2019).

2. Eventos Subsequentes

29.1 Impacto do Covid 19 nas operações da Companhia

A CODERN desenvolve atividades portuárias, em grande parte operacional, para a prestação de seus serviços, fonte de sua Receita, tanto em Natal e mais intenso em Areia Branca, sofrendo assim um grande impacto tanto humano, financeiro como social em consequência do COVID-19. O mercado se retraiu durante a Pandemia, gerando um aumento considerável no afretamento dos navios, desta forma, as programações feitas, baseadas nas indicações das Salinas, não foram cumpridas, fazendo com que nossa produção caísse de um patamar de cerca de 200.000 ton/mês para 145.000 ton/mês, no último trimestre de 2020.

Associada a esta situação, soma-se a redução de portuários para manter as operações do GERTAB/TERSAB, que embora com menos 40%, vem mantendo suas atividades sem restrição.

Acredita-se que neste último trimestre tenhamos uma recuperação, porém ainda incerto.

Quanto aos efeitos econômicos/financeiros, para a GERTAB o impacto é de ter menos recursos para manter a manutenção/operação do TERSAB, vindo a comprometer suas atividades.

Ressalta-se ainda o impacto na movimentação portuária do Porto de Natal, onde registrou-se redução significativa das embarcações programadas no período, observando-se variação decrescente de 23 embarcações/navios, em comparação ao mesmo período de 2019. Com a emissão da MP 945, Portaria 45 do MINFRA, estabeleceu regras de isolamento social para empregados com mais de 60, bem como os diagnosticados com imunodeficiências, ocasionando o afastamento de 14 empregados, sem prejuízo da remuneração mensal/férias.

Ainda se verifica como impacto da pandemia, a diminuição da Receita Operacional, afetada por desconto concedido ao Operador Portuário, a título de indenização compensatória em benefício do trabalhador portuário no percentual de 50% sobre a média mensal recebida pelo mesmo, conforme artigo 3º, da MP 945.

A Covid-19 também gerou custos significativos para a Companhia, pela aquisição de produtos/serviços/equipamentos de proteção, aplicados no âmbito da SEDE/PORNAT/ATESAB, somando no 4º trimestre o total de R\$ 41 mil.

ELIS TREIDLER ÖBERG
Diretor Presidente
CPF Nº 310.558.777-20

ULISSES DANILO SILVA ALMEIDA
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 843.994.147-15

FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 434.227.137-00

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34



Documento assinado eletronicamente por **Elis Treidler Oberg, Diretor Presidente**, em 26/06/2021, às 07:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria de Sena, Analista Portuário - Contador - Técnico Portuário - Técnico Em Contabilidade**, em 28/06/2021, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Josefran de Aquino Junior, Gerente de Recursos Financeiros**, em 28/06/2021, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Danilo Silva Almeida, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 28/06/2021, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Mont Alverne Pires, Diretor Técnico e Comercial**, em 02/07/2021, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4256691** e o código CRC **6EA30E78**.



Referência: Processo nº 50902.003072/2021-56



SEI nº 4256691

Av. Eng. Hildebrando de Gois, 220, - Bairro Ribeira
Natal/RN, CEP 59010-700
Telefone: 4005-5330